




## Aracaju anfíbia: cartografia dos espaços hídricos do estuário do rio Sergipe

Ulisses Neves Rafael  

*Universidade Federal de Sergipe*

Ana Caroline da Paz Santos  

*Universidade Federal de Sergipe*

Igor Tadeu Dias dos Santos  

*Universidade Federal de Sergipe*

### Resumo

Este escrito busca apresentar de forma mais panorâmica uma experiência com as regiões ribeirinhas que compõem os corpos hídricos da cidade de Aracaju e área metropolitana da Capital, e que formam a chamada Bacia Costeira do rio Sergipe, com ênfase sobre dois municípios dessa área geográfica: Aracaju, a capital do estado, e Nossa Senhora do Socorro, regiões cobertas pelos três rios investigados: rio Poxim, o rio do Sal e o rio Sergipe. Boa parte da literatura identificada como antropologia da pesca ou sobre populações ribeirinhas trata sobre populações amazônicas ou em ambientes marinhos, o que nos fez recorrer à tradição de estudos antropológicos que trata o tema muito de passagem, e sobre aspectos que não dizem respeito, necessariamente ao tema que nos tocou trabalhar aqui, no caso, modos de vida e estratégias de sobrevivência nesse ambiente fluvial. Para tanto, recorreremos também a outras áreas de estudos específicos que tratam dos modos de vida em regiões estuarinas. Apresentamos, aqui, um esboço acerca da importância dos rios na constituição histórica de Aracaju e os efeitos do desenvolvimento urbano sobre o ambiente fluvial e sobre as populações ribeirinhas, as quais, quase sempre passam despercebidas nas estatísticas oficiais ou nas políticas públicas relacionadas à gestão do patrimônio ambiental, desenvolvem sofisticados sistemas de interação social e profundas experiências comunicativas que qualificam e requalificam constantemente os modos distintos de vida às margens desse complexo aquático.

### Palavras-chave

Grande Aracaju. Malha fluvial. Populações ribeirinhas.

### **Aracaju amphibious:** cartography of the water spaces of the Sergipe river estuary

**Abstract:** This writing seeks to present in a more panoramic way an experience with the riverside regions that make up the water bodies of the city of Aracaju and the metropolitan area of the Capital, and that form the so-called Coastal Basin of the Sergipe River, with emphasis on two municipalities in this geographical area: Aracaju, the state capital and Nossa Senhora do Socorro, regions covered by the three rivers investigated: Rio Poxim, Rio do Sal and Rio Sergipe. Much of the literature identified as anthropology of fishing or on riverine populations deals with the Amazon region or marine environments, which made us resort to the tradition of anthropological studies that treats the topic very in passing, and on aspects that do not necessarily concern to the theme that touched us to work on here, in this case, ways of life and survival strategies in this river environment. For this reason, we turned to other areas of specific studies that deal with ways of life in estuarine regions. Here, therefore, we present an outline of the importance of rivers in the historical constitution of Aracaju and the effects of urban development on the river environment and riverside populations, which almost always go unnoticed in official statistics or in public policies related to management of environmental heritage, develop sophisticated systems of social interaction and deep communicative experiences that constantly qualify and requalify the different ways of life on the banks of this aquatic complex.

**Keywords:** Greater Aracaju. River network. Riverine populations.

### **Anfibio Aracaju:** cartografía de los espacios acuáticos del estuario del río Sergipe

**Resumen:** Este escrito busca presentar de manera más panorámica una experiencia con las regiones ribereñas que conforman los cuerpos de agua de la ciudad de Aracaju y el área metropolitana de la Capital, y que forman la denominada Cuenca Costera del río Sergipe, con énfasis en dos municipios de esta área geográfica: Aracaju, capital del estado y Nossa Senhora do Socorro, regiones cubiertas por los tres ríos investigados: Rio Poxim, Rio do Sal y Rio Sergipe. Gran parte de la literatura identificada como antropología de la pesca o sobre poblaciones ribereñas aborda la región amazónica o los ambientes marinos, lo que nos hizo recurrir a la tradición de estudios antropológicos que tratan el tema de manera muy pasajera, y en aspectos que no necesariamente conciernen a la Tema que nos tocó trabajar aquí, en este caso, modos de vida y estrategias de supervivencia en este entorno fluvial. Por este motivo, recurrimos a otras áreas de estudios específicos que abordan los modos de vida en las regiones estuarinas. Aquí, por tanto, presentamos un esbozo de la importancia de los ríos en la constitución histórica de Aracaju y de los efectos del desarrollo urbano en el medio ambiente fluvial y las poblaciones ribereñas, que casi siempre pasan desapercibidos en las estadísticas oficiales o en las políticas públicas relacionadas con la gestión del medio ambiente. patrimonio, desarrollan sofisticados sistemas de interacción social y profundas experiencias comunicativas que califican y recalifican constantemente los diferentes modos de vida a orillas de este complejo acuático.

**Palabras clave:** Gran Aracaju. Red fluvial. Poblaciones ribereñas.

## **Introdução**

Este trabalho busca refletir acerca da importância e do significado do ambiente fluvial sobre a formação de Aracaju, capital sergipana, reconstituindo, a partir da documentação localizada, os efeitos desse ambiente estuarino sobre o desenvolvimento da cidade e da região metropolitana ao longo do tempo, bem como sobre os modos de vida da população local.

O trabalho resulta de pesquisa realizada nos últimos dois anos, envolvendo discentes do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e que, durante o seu desenvolvimento, consistiu no levantamento bibliográfico de fontes disponíveis sobre o tema, e expedições curtas pelos leitos dos principais rios nos trechos urbanos da grande Aracaju. Foram localizados inúmeros estudos no campo da antropologia da pesca, sobre comunidades ribeirinhas, embora boa parte deles realizados no contexto amazônico ou em ambientes marinhos, razão pela qual precisamos recorrer à tradição de estudos antropológicos que, sem se debruçar efetivamente sobre o tema dos rios, foram muito úteis para pensar a importância do ambiente estuarino sobre os modos de produção e sobre as dinâmicas socioculturais das comunidades ribeirinhas. Em momento oportuno vamos nos debruçar com mais vagar sobre esse material bibliográfico. Também foram de grande utilidade os trabalhos de áreas específicas, sobretudo da geografia, para entender o impacto das transformações urbanas sobre o curso dos rios e sobre os modos de vidas dos seus moradores ao longo do tempo. Sob este aspecto, em Aracaju, temos uma tradição de estudos geográficos voltados especificamente para as características da vegetação e das espécies que sobrevivem às margens desse ambiente fluvial, porém pouco material faz referência ao aspecto humano presente nesse contexto. Nosso projeto inicial ambicionava observar as múltiplas formas de existência das populações ribeirinhas que habitam as áreas recônditas da cidade de Aracaju e área metropolitana e que quase passam despercebidas nas estatísticas oficiais ou nas políticas públicas de regulação da cidade, embora estejam envoltas em complexos sistemas de interação social e de profundas experiências compartilhadas que qualificam e requalificam constantemente os modos distintos de vida às margens dos rios.

Tínhamos, assim, a intenção de registrar as diversas práticas cotidianas que Michel de Certeau (1994) chama de “maneiras de fazer” ou “astúcias” para se referir aos tipos de táticas que o chamado “homem ordinário” (1994, p. 61) desenvolve para se contrapor aos mecanismos da disciplina ou ao estatuto da ordem. Tratava-se, portanto, de investigar as maneiras astuciosas através das quais a população que reside no entorno da bacia costeira do rio Sergipe constrói modos distintos de viver nas cidades atingidas por essa área geográfica. Contudo, as excursões realizadas, percorrendo tanto as margens terrestres como o leito dos principais rios da Grande Aracaju só nos permitiram acessos muito superficiais à população local, embora o pouco contato estabelecido nos permitiram vislumbrar a importância que questões relacionadas a conflitos socioambientais ocupam no cotidiano daquelas pessoas. Iremos nos reportar ao assunto, porém, não com a profundidade que o tema merece, o que poderá ser objeto de investigações futuras mais aprofundadas.

Por ora, importa reconstituir a história e a cartografia dos rios da Grande Aracaju, inclusive daqueles que desapareceram, deixando em seu lugar, rastro de esgotos e canais que em nada lembram o cenário bucólico de antigamente, reportado em tantas crônicas locais. Este trabalho consiste, portanto, na demarcação da área a ser explorada, cujo reconhecimento foi feito tanto por suas margens terrestres, como pela navegação dos leitos dos rios e afluentes, percursos esses realizados sob a supervisão de pescadores que residem ou retiram seus sustentos daquele ambiente e que nos ajudaram a percorrê-los.

Durante essas expedições, tivemos oportunidade de conversar com alguns desses ribeirinhos, com os quais estabelecemos diálogos informais sobre aspectos condizentes aos seus próprios modos de vida; sobre as dificuldades enfrentadas no convívio naquele ambiente e sobre os modos de sobrevivência relacionados à paisagem fluvial. Este poderia ter sido o mote principal do trabalho, mas as informações obtidas não foram consideradas suficientes para considerá-las representativas do modo de vida nativo daquelas populações.

Muitas pesquisas do ponto de vista historiográfico já foram realizadas para dar conta dos processos de fundação e formação da nova capital, bem como aspectos topográficos e ambientais da paisagem local foram objeto de investigações muito consistentes por parte dos geógrafos (Araújo, 2006 e 2016; Duarte; Rezende, 2019; Fortes Neto, 1955; Loureiro, 1983; Matos; Gomes, 2011; Porto, 199; Santos, 2007, Vilar, 2002 e Wanderley, 2013). Porém, diferentemente dos esforços acadêmicos já empreendidos nessas duas áreas, não foram localizadas investigações significativas do ponto de vista antropológico acerca do elemento humano, cujo *modus vivendi* está intrinsecamente associado ao movimento das águas nesse meio ambiente aracajuano, lacuna esta que temos constatado, ainda que de maneira insipiente, nas primeiras incursões pelo tema.

Nosso interesse pelo tema de pesquisa advém da constatação da importância que os rios possuem na constituição da vida social de Aracaju, bem como na manutenção de atividades econômicas e socioculturais da atualidade. Torna-se, pois, premente a reconstituição da história social daquelas comunidades ribeirinhas e registrar o significado da presença marcante desse elemento paisagístico na vida cotidiana do aracajuano como um todo.

A investigação que resultou nas reflexões aqui contidas, esteve voltada para o mapeamento da malha fluvial local, particularmente, cobrindo os três principais rios da cidade e área metropolitana: Rio Poxim, o Rio do Sal e o Rio Sergipe. Na ocasião, as margens dos três foram percorridas de carro, num primeiro esforço de demarcação da área a ser explorada. Esse movimento foi reforçado pela navegação pelos seus leitos, percursos que foram realizados sob a supervisão de pescadores que residem ou retiram seus sustentos dos rios que ajudaram a percorrer.

Durante a realização do trabalho de campo, algumas questões se interpuseram: quem são essas populações que habitam essas regiões recônditas da cidade situadas às margens dos rios? Quais motivações as mantêm aferradas a esse ambiente supostamente inóspito? Como se dá a comunicação com os polos de maior movimentação da capital? Quais as estratégias de sobrevivência desenvolvidas em seu cotidiano para assegurar suas permanências nesses territórios? Quais dinâmicas culturais podem ser verificadas nesses circuitos ambientais? Pode-se falar de uma cultura única ou de um sentimento de exclusividade dos grupos que habitam a região? Os membros dessas comunidades guardam entre si algum tipo de vínculo ou circuito de relacionamento?

A resposta a tais questionamentos pode ser obtida a partir da descrição etnográfica da experiência realizada ao longo de todo um ano, contudo, antes se faz necessário levantar uma discussão que traga a lume a literatura antropológica ou não, cujo tratamento envolve os múltiplos modos de existência e complexas práticas de sociabilidades que se desenvolvem às margens das paisagens fluviais.

## 1 Leituras clássicas e contemporâneas sobre rios e populações ribeirinhas

Não obstante o pioneirismo de Malinowski no que diz respeito à busca etnográfica, método revolucionário que se tornaria condição *sine qua non* da prática antropológica, o fato é que a partir dos anos 1980 um grupo de intelectuais, em sua maioria americanos, autodenominados “pós-modernos”, assume a tarefa de questionar os processos convencionais de construção da etnografia clássica, demonstrando os “dispositivos através dos quais os antropólogos criaram em seus textos uma autoria legítima para falar sobre os outros, uma ‘autoridade etnográfica’” (Caldeira, 1988, p. 136). Contudo, como afirma Peirano (2021), embora *Argonautas do Pacífico Ocidental* tenha recebido críticas, na mesma medida em que foi aplaudido, o livro “fez-se divisor de águas na história da disciplina. Como precursor da pesquisa de campo intensiva, criou padrões, definiu o trabalho etnográfico, favoreceu novas teorias, alimentou ideais e utopias” (Peirano, 2021, p. 380).

O tema básico de *Argonautas* é a cerimônia do *kula*, instituição fundamental através da qual Malinowski pode compreender “de modo concreto a particularidade e a especificidade da cultura trobriandesa” (Durham, 1978, p. 46). Para realização desse comércio cerimonial intertribal os trobriandeses, habitantes das ilhas do sul do Pacífico, se tornaram “hábeis navegadores” qualidade que, aliás, inspira o título da obra. Malinowski fala de várias tribos vivendo nas diversas ilhas e arquipélagos espalhados pela periferia da Nova Guiné e que estabeleciam entre si complexas relações comerciais usando para tal a “excelente variedade de canoas grandes” que eles mesmos fabricavam (Malinowski, 1976, p. 21).

Malinowski dedica em *Argonautas* pelo menos três capítulos para tratar da importância da canoa e da navegação para os nativos das ilhas Trobriand, tema que estaria muito afastado da nossa realidade etnográfica, por se tratar de elementos longínquos no tempo e no espaço. Contudo, quando se refere às cerimônias e aos costumes observados na construção das canoas, talvez possamos estabelecer alguma relação com os pescadores da bacia costeira do rio Sergipe. Ele descreve a importância da canoa não apenas como um elemento da cultura material: “o barco está envolto em uma atmosfera de romance, construída de tradições e experiências pessoais. É um objeto de culto e admiração, uma coisa viva que possui personalidade própria” (Malinowski, 1976: 90). Na descrição que faremos adiante, da importância psicológica dos usos das canoas e da navegação fluvial em contexto próximo, buscaremos destacar as representações presentes entre os nativos locais, sobre a forma de se relacionar com as canoas, “esse instrumento poderoso” que lhes permite tornar-se senhores da natureza (Malinowski, 1976, p. 92).

Na sequência, temos a contribuição de Evans-Pritchard (1978), outro cânone ancestral da antropologia que estudou as instituições políticas dos Nuer, um povo nômade do Sudão meridional, habitando uma região pantanosa entre dois rios que desembocam no Nilo. A importância desse sistema ecológico e suas limitações é tal, que não se pode pensar o sistema social e a dimensão política sem considerar o valor atribuído por eles ao meio ambiente. Segundo o autor, o cálculo do tempo entre os Nuer é estabelecido em função de marcadores temporais como as fases da lua e o curso do sol, mas principalmente da dicotomia climática entre a precipitação das chuvas e os períodos de seca: “Os aspectos pelos quais as estações são definidas com maior clareza são aqueles que controlam os movimentos das pessoas” (Evans-Pritchard, 1978, p. 109).

Com relação ao espaço ecológico dos Nuer, o autor informa que um rio largo divide duas tribos nuer e que “são essas fronteiras que indicam as linhas de divisão política (Evans-Pritchard, 1978, p. 125). Desse modo, o sistema nuer nos inspira a pensar também a relação das populações do estuário do rio Sergipe com o espaço ecológico onde habitam e o efeito desse ambiente sobre suas divisões sociais, aspectos que iremos também explorar na descrição que faremos adiante dessas comunidades ribeirinhas.

Fora da seara antropológica e trazendo a discussão para contextos mais contemporâneos, temos a contribuição filosófica de Antonio Damián Cabrera Rodrigues, cuja dissertação, intitulada *O Paraguai insular: a metáfora da ilha e movimentos insulares* (2016), propõe uma cartografia imaginária das imagens construídas sobre o seu país, a partir de categorias como isolamento por conta das condições geográficas, políticas, econômicas e culturais que demarcam seu afastamento do conjunto das metrópoles globais e regionais. Segundo Cabrera Rodrigues, esse estatuto de invisibilidade e de impenetrabilidade cultural, teria sido construído historicamente por meio de codificações ne-

gativas e por representações elaboradas por criadores tanto dentro quanto fora do país, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX (Cabrera Rodriguez, 2016, p. 32).

Interessa-nos, particularmente, os “itinerários de representação” que o autor traça para investigar os mecanismos de construção da identidade coletiva e da autorrepresentação do Paraguai insular como investimentos simbólicos pela via da negação, sobretudo na ficção (na literatura, na música e no cinema). Portanto, a metáfora da ilha é o recurso utilizado pelo autor para dar conta dessa espacialidade geográfica e simbólica construída e reconstruída intelectualmente como lugar ou território da diferença.

Toda essa deambulação em torno da “imaginação do insular” se inspira nas assertivas de Deleuze (2006), que no texto *Causas e razões das ilhas desertas*, discute o movimento da imaginação que conduz o homem à ilha. Por que se imaginam ilhas? Segundo o autor, todo o impulso do homem em direção às ilhas, ainda que imaginárias, visa retomar um movimento que se recria a partir do nada.

Sob este aspecto, sentimo-nos tentado a pensar as zonas isoladas da grande bacia costeira do rio Sergipe também como lugares inventados e sobre os quais recaem representações e autorrepresentações acerca do seu suposto isolamento, deliberadamente criadas para assegurar uma identidade coletiva própria e uma “representação crítica de sistemas sociais” concorrentes (Cabrera Rodriguez, 2016, p. 17). Em todo caso, estamos tratando de espacialidades pensadas e descritas como uma realidade insular, não insular geograficamente, cujas funções e significados “podem ser aplicados a outros espaços” e onde se desenvolvem “processos e comunidades, acariciados de algum modo pelo gesto antecipador” (Cabrera Rodriguez, 2016, p. 28-29). Ou seja, busca-se, através do exercício sugerido, alcançar um lugar separado do mundo conhecido; uma fantasia do “mundo perdido” que agrada a ficção das ilhas, mas que guarda com a realidade, estreita proximidade, como um espelho; uma origem a partir de onde tudo começa, pois como recomenda Deleuze, “A ilha é o mínimo necessário para esse recomeço, o material sobrevivente da primeira origem, o núcleo ou o ovo irradiante que deve bastar para reproduzir tudo (2004, p. 10-11).

Encaminhando-se para os estudos locais, temos os inquéritos ecológicos e sociológicos que o sociólogo norte-americano Donald Pierson realizou, juntamente com sua equipe de cientistas sociais da Escola Livre de Sociologia e Política, no vale do São Francisco, entre janeiro de 1952 e outubro de 1953. O Projeto *do São Francisco*, nome atribuído ao convênio, foi desenvolvido com incentivo da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e do Institute of Social Anthropology/Smithsonian Institution (ISA/SI) e tinha um duplo propósito: “o treinamento de estudantes da ESP nos métodos e técnicas de pesquisa no campo e o estudo da cultura brasileira” (Bomfin, 2006, p. 82).

O empreendimento implicou uma série de levantamentos sociais em dez cidades situadas ao longo do rio, desde a área das cabeceiras, em Minas Gerais (Alto do Vale), até a área de cultivo de arroz no trecho perto da foz. Para dar conta dessa extensa área, Pierson selecionou em cada uma das cinco áreas do Vale do São Francisco, cinco pares de localidades diferentes. Coube ao “Baixo”, porção navegável do município de Piranhas até o mar, a escolha do município de Passagem Grande e do vilarejo de Cuzuzinho, ambos localizados na margem esquerda do rio, estando o último um pouco mais perto da Foz. Trata-se de nomes fictícios utilizados com a finalidade de proteger o anonimato dos moradores, embora sobre Passagem Grande costume-se dizer que corresponde hoje à cidade de Piaçabuçu, no Estado de Alagoas (Maio *et al.*, 2013, p. 275).

A área coberta pelo estudo se encontra afastada da região onde a nossa pesquisa se realizou e, embora tomando as populações rurais como objeto, escolhidas em função do “grau de ‘isolamento’ das comunidades locais em relação aos centros urbanos” (Maio *et al.*, 2013, p. 259), o fato é que o projeto se torna um modelo inspirador, sobretudo pelo caráter etnográfico e pela possibilidade explicativa da região a partir de dados concretos.

Temos também a contribuição de Gercinair Silvério Gandara, que no artigo *Rios: território das águas às margens das cidades*, realiza uma etnografia hídrica da malha fluvial do município de Uruaçu situada no Norte de Goiás. A área selecionada é banhada por dois principais rios, o Maranhão e o Tocantins, além de “uma infinidade de cursos d’água, córregos e ribeirões” (Gandara, 2017, p. 2). Segundo a autora, esse “magnífico território das águas” está localizado no espaço onde antes havia os sertões de Goiás (Gandara, 2017, p. 3). Interessa-nos pensar, junto com Gandara, sobre o modo como a linguagem do espaço citadino e como os seus moradores se representam a partir das características ambientais do lugar e, principalmente, sobre como as transformações nos cursos dos rios ao longo do tempo impõem novas formas de lembrar e representar o espaço citadino. Trata-se, pois, de investigar “os sinais, as marcas que os indivíduos deixaram no seu espaço/tempo contando uma história não verbal” (Gandara, 2017, p. 3) que se nutre de imagens e lembranças decorrentes de um tempo em que os rios dinamizavam o espaço vivido.

A autora faz críticas acerbas sobre o modo como a estruturação das cidades e a expansão urbana utilizou-se do território das águas para fazer desse espaço geográfico “palco dos problemas ambientais” (Gandara, 2017, p. 9). Segundo a autora:

Os rios cederam espaço para as reformas urbanas que os canalizou para servir ao sistema de esgoto. Paredes verticais de concreto demarcaram-nos. Alguns foram escondidos embaixo da terra. Mudaram o rio a seu modo. Sepultaram os rios citadinos! (Gandara, 2017, p. 8).



Nada mais próximo da realidade aracajuana, conforme teremos oportunidade de verificar adiante.

Por fim, temos a contribuição de André Alves que, no livro por ele organizado, *Os argonautas do mangue* (2004), resultado de sua dissertação de mestrado, realiza investigação seminal sobre os caranguejeiros do município de Vitória, subtítulo da obra. Os quais são definidos pelo próprio autor como “homens que possuem uma grande sabedoria sobre o manguezal e os fatores naturais que regem o seu funcionamento” (2004, p. 77). Chamam a atenção do antropólogo as agruras enfrentadas por esses caranguejeiros em meio a um sistema de desenvolvimento econômico predatório que a tudo assola, sobretudo, as áreas de mangue de onde esses homens retiram sua sobrevivência: “Interessava-me fundamentalmente entender e descrever as relações entre o homem e o manguezal, com um enfoque especial nas pessoas que vivem da cata do caranguejo na cidade de Vitória/ES” (Alves, 2004, p. 78).

Trata-se, portanto, de realidade muito próxima da que vivem nossos interlocutores, situados nas bacias dos rios Poxim, Sal e Sergipe. A presença de manguezais, nesses espaços, é notória, embora o ecossistema marinho como um todo venha sofrendo processos gritantes de degradação, sobretudo, a partir dos anos 1980, quando se verifica um *boom* habitacional nas áreas em que a presença dos mangues era mais ostensiva, como nos bairros da Coroa do Meio e em bairros mais periféricas da cidade como o Lamarão, Bugio, Santos Dumont, Porto Dantas, entre outros. Ou seja, duas realidades distintas, separadas no espaço, mas afetadas pelas mesmas condições de intervenção antrópica. Por isso a pesquisa de Alves (2004) se mostrou tão útil à nossa investigação. As mesmas preocupações verificadas por ele em Vitória se aplicam ao caso aracajuano. Mais do que isso, sua atenção às “formas de conhecimento desenvolvidas pelos caranguejeiros da ilha” se mostrou para nós um terreno proveitoso de investigação sobre as populações ribeirinhas da grande Aracaju, pois conforme atesta Alves (2004): “Se pensarmos que muitos deles descendem de indígenas, podemos concluir que o conhecimento que têm desse ecossistema e a relação que desenvolveram com ele vêm se acumulando há milhares de anos (2004, p. 116).

## 2 Braços de mar e marés de apicuns: cartografia aquática de uma cidade

### 2.1 A fundação na lama

Aracaju foi fundada sob o signo da modernidade. Seu planejamento urbanístico, caracterizado por um rigoroso traçado geográfico, vulgarmente conhecido por “Quadrado de Pirro”, numa alusão ao engenheiro responsável pela execução da obra, implicou o aterramento de extensas porções de mangues, alagadiços e apicuns que caracteri-

zavam a região. A expansão urbana posterior não pode cumprir os contornos originais, resultando no desenvolvimento desordenado que deixava atrás de si um conjunto descuidado de ruas, moradias autoconstruídas e formas alternativas de habitar. Em meio a esse complexo habitacional, um aspecto da paisagem se destaca por ter se mantido, sob certos aspectos, conservado ou pelo menos guarda em seu percurso, trechos significativos do desenho original que antecede a ocupação humana. Trata-se da grande malha fluvial que forma a bacia do rio Sergipe, que margeia a capital, e seu entorno, responsável pela criação de uma espécie de isolamento fiscoantropológico que imprime a certas regiões da cidade um certo tipo de “insularidade”, porquanto mantém a população de grandes áreas da cidade em meio a enclaves habitacionais.

O município surgiu numa planície situada entre as desembocaduras dos rios Sergipe e Vaza Barris. A região estuarina engloba ainda afluentes como os rios Poxim, Pitanga e do Sal, para não falar da extensa malha desaparecida em decorrência das inúmeras mudanças ambientais provocadas pelo aterramento de manguezais, lagoas e charcos e pela transformação de riachos como o do Caborge, das Ostras e o Tramandaí, em canais e esgotos. O conjunto concorreu para a formação da imagem aquática que foi largamente explorada pelos estudiosos do tema e esteve presente nas representações da cidade desde os seus primórdios. Tais estudos destacam também, a complexidade de outros aspectos materiais inerentes ao contexto local que se tornaram fatores de impedimento do desenvolvimento acelerado de uma capital moderna até para os padrões nacionais.

A “sultana das águas”, como a ela se referiu Manuel da Cunha Galvão (1860), recebeu a atenção redobrada de historiadores, cronistas e memorialistas que optaram por destacar, pelo menos com relação à primeira etapa de sua evolução, as características naturais. Sob este aspecto, as péssimas condições sanitárias eram motivo das constantes queixas da população, atestadas, inclusive, por viajantes como Avé-Lallemant, que em sua passagem por Aracaju, em 1859, registra “a falta de boa água potável”, motivo das febres intermitentes das quais ele próprio padeceu durante os dias que permaneceu na capital sergipana. As edificações à palha dos arrabaldes também não escaparam ao olhar engenhoso do médico alemão.

Análises desenvolvidas em épocas posteriores também dão conta das condições adversas da nova capital, provocadas, sobretudo, pelas exigências ambientais (Silva, 2013). Na justificativa para a transferência da capital, por exemplo, embora atenuem os aspectos naturais em favor de elementos comerciais, tais como a proximidade de área propícia à construção de um porto para escoamento da produção do açúcar, fator também associado às condições geográficas e topográficas específicas, Fernando Porto não deixa de mencionar as “praias desabitadas”, os estuários largos, as águas estagnadas, os mangues, os pântanos, o “deserto de lama”, entre outros, motivos do isolamento ma-

terial e simbólico referidos há pouco (Porto, 1991, p. 35). Tais leituras sobre o processo inicial de formação de Aracaju, feitas por alguns dos principais expoentes da intelectualidade local, poderiam ser classificadas como naturalistas, dada a aura romântica de suas análises (Cabral, 1955).

Esse tipo de discurso é parte de uma tendência que se fez observar por um longo período da história de Aracaju (Sebrão Sobrinho, 1955; Fortes Neto, 1955), produzida no seio das mais variadas áreas do conhecimento, principalmente da geografia (cf. Loureiro, 1983; Vilar, 2002, Araújo, 2006; Santos, 2007). Trata-se de testemunhos e registros acerca das origens da capital sergipana, caracterizados pelo destaque à paisagem natural, com suas elevações de terreno constituídos por materiais finos, as famosas dunas, em cujos desnivelamentos ou cavas abriam-se espaços para a formação de pequenos charcos e lagoas; além e, principalmente, dos manguezais e apicuns frequentes por toda extensão das margens paludosas do complexo fluvial que afeta toda malha urbana.

Todos esses fatores são decisivos no retardamento do processo de ocupação demográfica e de comunicação entre as suas áreas constitutivas, concorrendo para a formação de verdadeiros enclaves no interior de uma capital que, a princípio, dispunha-se a ser integrativa, pelo menos nas primeiras décadas da sua formação.

Gradualmente vão se sobrepondo imagens da capital, a qual se firma sobre o terreno conquistado através da “luta heroica” e da bravura do homem empreendedor (Porto, 1991) e insere-se no concerto das cidades modernas, representação mais condizente com o seu projeto de fundação. Contudo, enquanto à capital vão se colando cada vez mais representações associadas ao progresso, o aspecto insalubre e ameaçador do ambiente físico vai se estendendo para as áreas mais recônditas da capital que escaparam do acelerado crescimento da população e da intensa urbanização. Trata-se de regiões também ricas em estuários e manguezais e ecossistemas dunares e que só muito recentemente vêm sofrendo processos desenfreados de ocupação, embora ainda preservem parte de suas características originárias.

De todo modo, tanto no passado como no presente, a malha fluvial sempre desempenhou papel primordial no processo de formação de Aracaju, cuja escolha como capital do estado se deu exatamente pelas condições mais favoráveis do rio Sergipe para a construção de um porto capaz de escoar a crescente produção canavieira da região do Vale do Cotinguiba. Do ponto de vista antropológico, o ambiente formado pela fundação da cidade, desde sua origem, esteve durante muito tempo marcado pela presença de pescadores, estabelecidos, principalmente, na barra do Poxim. Atraídos pelo desenvolvimento urbano e no ritmo das marés é que foram chegando à cidade os primeiros migrantes a bordo dos vapores. Chegavam, principalmente, pelas águas, uma vez que as estradas de terras que ligavam a capital a outros municípios eram escassas e precárias.

## 2.2 Os riachos desaparecidos

Começamos nossa incursão pelo que restou do riacho Tramandaí Pequeno, hoje reduzido a um estreito canal de concreto que comprime seu antigo curso. Um verdadeiro esgoto a céu aberto. O próprio canal começa no ponto que marca o início da rua Anísio Teixeira, onde tivemos a oportunidade de conversar com um antigo morador do lugar e cuja menção ao “riacho” com suas águas fétidas é nada condescendente. Desprovido de memória afetiva sobre o lugar, suas impressões sobre a presença daquele canal em frente à sua casa, estão eivadas de indignação e revolta contra as autoridades locais. Por conta disso, ele desfiou todo um repertório de queixas para se referir àquele que já foi um curso caudaloso de águas que desaguava na confluência dos rios Poxim e Sergipe, concorrendo para formar, no passado, uma planície abundante de marés (Wanderley, 2013, p. 58).

No local da desembocadura dos riachos Tramandaí Pequeno e Tramandaí se formaram bancos arenosos e as chamadas coroas que favoreceram as condições balneárias da antiga praia Formosa, antes ocupada apenas por pescadores. Portanto, essa inclinação da população aracajuana pelos banhos de rio como *locus* da sociabilidade e do lazer, em detrimento do banho de mar, é antiga e talvez tenha a ver com o fato da capital ter sido fundada em pleno estuário do rio Sergipe.

Outra justificativa para essa preferência, talvez, resida na dificuldade de acesso às longínquas praias da Atalaia Velha, por conta do terreno alagadiço. Apesar da ponte sobre o rio Poxim já existir desde a década de 1930, somente as famílias abastadas que possuíam carro e casas de veraneio no lugar se aventuravam no “passeio” prolongado que costumava perdurar todo o período das férias escolares. Antes disso, alcançava-se a praia da Atalaia Velha de saveiro ou de canoa e, em casos extremos de cavalo pelos caminhos de terra, conforme depoimento recolhido por Inaê Elias Magno da Silva e que consta em sua dissertação de mestrado intitulada Quando a cidade chega à praia: estudo de exclusão urbana (1997, p. 35).

Com o tempo e a partir das intervenções urbanas na região, a praia Formosa vai perdendo suas qualidades balneárias. Contudo, as famílias mais abastadas continuaram construindo seus bangalôs e, depois, condomínios de luxo, na região. Aliás uma tendência residencial da população local que desde muito tempo deu preferência às áreas situadas às margens dos rios.

Hoje, conhecida como Bairro Treze de Julho, a região vai se tornando ao longo do tempo objeto de vertiginosa especulação imobiliária, atraindo investidores de maior poder aquisitivo e comprometendo o destino dos dois riachos Tramandaí Pequeno e o Tramandaí. Este último teve um desfecho mais trágico do que o seu irmão menor, uma vez que, na atualidade, seu curso, cujo destino era a barra do rio Poxim, extingue-se

subitamente entre dois grandes edifícios residenciais situados na larga avenida Beira Mar, que tem esse nome, embora se encontre longe do litoral. Prédios de alto padrão residencial situados nesse logradouro e adjacências dão as costas para o último trecho do antigo riacho Tramandaí, enquanto as fachadas ostensivas anunciam o alto poder aquisitivo de seus proprietários.

Essas transformações vão se intensificar a partir dos anos 1990, período em que começam a se verificar os danos ecológicos sobre o entorno do bairro Treze de Julho, inclusive na Área de Preservação Permanente (APP) Reserva Tramandaí, cujos 42.480,00 m<sup>2</sup> vem lentamente sendo tomados pela sombra de edifícios cada vez mais altos e luxuosos e que já se encontram numa proximidade muito perigosa. Segundo Rabelo: “É na década de 1990 que a Treze de Julho sedimenta sua paisagem de poder com a predominância de verticalização do Bairro (2010, p. 163).

Tanto a Treze quanto o Jardins, bairro contíguo e de surgimento também recente, têm atraído, junto aos moradores de maior poder aquisitivo, uma série de serviços de luxo como galerias, academias, escolas, supermercados, restaurantes, cafés e bares. Contudo, o mau cheiro reportado pelo morador da rua Anísio Teixeira no início do Riacho Tramandaí Pequeno, intensifica-se nesse último trecho do riacho Tramandaí, que nem canalização possui.

## 2.3 Rios ativos

### 2.3.1 O rio Poxim

Tivemos que abandonar os cursos dos antigos riachos Tramandaí, pois no curto trecho ainda identificável, as águas claras e límpidas do passado foram substituídas pelos esgotos fétidos da região. Mas ao alcançar o leito do rio Poxim, objeto privilegiado de nossa etnografia, a angústia provocada pela paisagem apenas diminui, mas não desaparece. O rio Poxim também sofreu ao longo do tempo inúmeras transformações no seu curso, algumas de ordem natural e outras decorrentes das intervenções antrópicas responsáveis pelas reconfigurações geográficas da cidade de Aracaju.

Inicialmente, percorremos o rio Poxim por via terrestre, desde sua desembocadura até o ponto onde ele penetra o Município de Aracaju, na divisa com o município de São Cristóvão, já próximo de sua nascente. Nesse trajeto, percorremos diversos bairros e lugares aracajuanos drenados pelo rio: Coroa do Meio, Atalaia, Avenida Beira Mar, Parque dos Cajueiros, Inácio Barbosa, São Conrado, Jabotiana, Pantanal, Orlando Dantas e Capucho. Trata-se de perímetro bastante urbanizado com trecho enobrecidos e outros nem tanto. O Poxim também é responsável por abastecer 25% da cidade. Infelizmente, não foi possível alcançar o seu maior afluente, o rio Pitanga, por conta da dificuldade de acesso.

Durante todo o percurso, procuramos não perder de vista suas margens, uma vez nem sempre as vias terrestres coincidiam com o desenho do seu curso. Essa primeira investida foi útil para estabelecermos um primeiro contato com moradores das áreas ribeirinhas e até com prováveis barqueiros que nos conduziriam pelo seu leito numa segunda investida.

No primeiro momento, fizemos contato com integrantes da Associação Mista dos Pescadores da Coroa do Meio, cujo presidente, Irmão Rei, assumiu o compromisso de nos conduzir de barco pelo leito do rio. Contudo, quem realizou o passeio conosco foi o pescador Maçoni, também integrante da Associação. Ele começou nos contando a história da draga, uma enorme laguna artificial onde hoje as embarcações dos pescadores ficam aportados. A draga surgiu em decorrência da retirada de areia da região, para utilização em aterros e terraplenagem do projeto de “construção” do próprio Bairro da Coroa do Meio, que, como o próprio nome indica, era uma elevação de terra em meio à abundância das águas que desembocam no mar naquele trecho. A área compreendida pela “croá” era restrita e abrigava umas poucas famílias de pescadores, expulsas sumariamente com o projeto de “construção” do novo bairro.

Essa política de aterramentos se revelou um fiasco imobiliário, uma vez que as alterações provocadas na dinâmica marinha, forçou os especuladores, receosos da ameaça de invasão do mar sobre os terrenos recém-aterrados, a abandonarem seus investimentos. Medidas mitigadoras foram tomadas como a construção do molhe da Atalaia Nova, pertencente ao município da Barra dos Coqueiros, do outro lado do rio Sergipe e a montagem dos espigões da Coroa do Meio do lado aracajuano. Somente muito recentemente vem se verificando a retomada de interesse imobiliário pelo bairro, embora ele ainda se caracterize por grandes vazios habitacionais, sobretudo, nos trechos mais próximos da embocadura do rio Sergipe.

Iniciado o passeio, fomos conduzidos pelo antigo canal do rio Sergipe que desaguava na Barra do Sul, na altura do Bairro da Atalaia Velha, hoje um braço morto daquele rio. Enquanto o percorrermos, pudemos divisar por trás das copas do mangue brabo, aquele que possui suas raízes expostas, também conhecido como mangue-sapateiro, as torres dos edifícios mais altos da avenida Beira Mar que acompanha o traçado do braço morto. Apesar da proximidade, não se ouve qualquer barulho dos carros que, comumente percorrem aquela movimentada avenida. O mangue, com sua variedade de árvores que podem chegar até a altura de 20 metros e cujas raízes crescem acima da água, funciona como uma espécie de barreira natural contra os sons que vêm de fora. Só se escutam os sons das espécies nativas, uma variedade abundante de pássaros, principalmente as garças brancas. Quanto mais a embarcação se aproximava do limite do braço morto, mais lamacento e raso foi ficando o leito do rio, pondo em risco o motor da embarcação.

A situação deu motivo a que tratássemos das histórias de assombração que povoam o imaginário do povo ribeirinho. A princípio, Maçoni se mostrou bastante cético, mas que depois admitiu ter sido testemunha de situação misteriosa. Trata-se da crença de que os pescadores, quando não se previnem trazendo um pouco de tabaco em suas andanças pelo rio, acabam se perdendo no labirinto dos canais, independente da hora do dia e de conhecerem perfeitamente os trajetos percorridos. Ele mesmo admitiu ter também se perdido, justo no dia em que, por descuido, esqueceu-se de trazer o fumo. Ele também falou do barulho e dos vultos que só distingue pelo canto dos olhos, embora não costume dar “corda”, preferindo seguir seu percurso como se nada estivesse acontecendo ou como se estivesse sendo traído pelos seus próprios sentidos.

Além dos supostos seres sobrenaturais, Maçoni nos falou também que o rio tem suas divisões territoriais, cujo acesso está cercado por uma série de restrições para quem não é nativo das áreas específicas, como por exemplo, a área da invasão da Coroa do Meio que só distinguimos de longe, uma vez que nosso condutor não se sentia seguro para se aproximar mais, mesmo estando ela próxima da área da Associação por onde ele transita. O mesmo acontece com a comunidade do Pantanal, área de ocupação antiga, mas que na década de 2000, passou por sucessivas obras de revitalização promovidas pela prefeitura. Contudo, as intervenções públicas não foram suficientes para diminuir os péssimos índices de desenvolvimento humano, nem eliminar as condições precárias de saneamento básico de água e esgoto. Durante a passagem pela comunidade, observamos o descarte de dejetos orgânicos; esgotos sendo despejados *in natura* em vários pontos das margens do rio e lixo acumulado na superfície e no fundo das águas rio. Em determinado trecho, por exemplo, encontramos até um colchão de casal boiando no meio do rio, fora as sacolas plásticas e as garrafas PET, que, no decorrer do percurso, nosso guia ia recolhendo. Ele alegou que todo aquele lixo, com o tempo, desce para mais próximo da foz, atingindo em cheio a região onde funciona a associação dos pescadores.

Por fim, foi possível observar uma grande variedade de espacialidades e paisagens, como se a dinâmica do rio mudasse o tempo todo, reagindo à proximidade ou afastamento da cidade: quando isolado ele é barulhento e, às vezes, selvagem; em áreas mais populosas, ele é manso e contido e; no centro ele se esconde, quase não se fazendo notar. A paisagem circundante formada pelos prédios e casas o tornam, às vezes, invisível. Apenas em pouquíssimos trechos, de cima das pontes, é possível vislumbrar seu curso. Contudo, por meio de seu leito, dentro da embarcação, a relação com o rio é diferente e absorvente.

### 2.3.2 Rio do Sal

A visita ao rio do Sal também aconteceu em duas etapas. A primeira delas realizada por via terrestre tentando estar mais próximo quanto possível das margens aquáticas, o que nem sempre era possível por conta das ocupações desordenadas do solo formada por conjuntos habitacionais recentes, loteamentos e invasões de áreas inadequadas, sem estrutura básica de rede de esgoto, nem sistema de tratamento de esgoto sanitário.

Como na visita ao Rio Poxim, também começamos a exploração do rio do Sal pela sua desembocadura, no trecho em que ele desagua no rio Sergipe. Antes do seu destino, o rio do Sal drena uma das áreas de maior concentração populacional da Grande Aracaju, formada por uma gama de conjuntos, loteamentos e invasões que estão localizados às suas margens, a exemplo do Marcos Freire II, João Alves e dos bairros como São Braz, Porto Dantas, Soledade e Japãozinho, os quais, segundo especialistas: “na sua grande maioria, não possuem rede de esgoto nem sistema de tratamento de esgoto sanitário, sendo o rio destino final desses efluentes. (Souza *et al.*, 2007, p. 21).

Nosso contato inicial se deu com Carlos, pescador de Camarão aposentado e que hoje reside num barraco situado às margens do rio do Sal, na altura do Coqueiral, comunidade que pertence ao bairro Porto Dantas, mais uma das regiões periféricas da capital sonegadas pelo poder público.

A sua própria residência é ilustrativa do descaso dos gestores para com a manutenção das condições de habitabilidade nas margens desse curso hídrico. Em frente à sua casa, passa e se encontra exposta, parte de um duto da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), por onde transitam efluentes com destino à estação de tratamento de esgotos domésticos ou industriais sem tratamento, localizada na outra margem do rio, no município de Nossa Senhora do Socorro. Acontece que os desejos oriundos dos bairros nobres da cidade, às vezes, rompem a estrutura do duto gerando danos irreparáveis ao meio ambiente e grande desconforto para a população que reside naquelas imediações.

Por essas e outras, Carlos tem assumido o papel de liderança comunitária na denúncia do descaso das autoridades competentes para com a região. Importante notar que em sua defesa da população local, Carlos exime os moradores pobres da comunidade, da responsabilidade pelo desequilíbrio social e ambientais da bacia do rio Sergipe, culpando as grandes indústrias que jogam seus dejetos no rio.

Na segunda visita que fizemos ao local, foi também Carlos quem nos recepcionou e conduziu-nos no seu barco pelo rio do Sal. Embora aposentado, ele mantém sua embarcação, a qual utiliza apenas para o seu próprio lazer, saindo sempre que pode para pescar, sem compromisso com a comercialização do que foi conseguido, ou para encontrar os amigos na “Ilha dos Sem”, situada na outra margem do rio Sergipe, onde montaram uma vila de casas construídas com o material disponível na redondeza, num



verdadeiro exercício de bricolagem (cf. Lévi-Strauss, 1976). Na localidade em que reside, encontram-se outras embarcações, algumas das quais são guardadas em palafitas construídas na margem do rio.

Durante o percurso, que previa a passagem pelas mesmas áreas que antes percorremos de carro, pelo menos nos trechos em que as vias permitiam a proximidade das margens fluviais, ele foi nos falando sobre a origem do nome do rio, o qual advém da qualidade da água naquela altura do seu curso. Ou seja, por conta da proximidade da foz do rio Sergipe, cuja vazão tem perdido força ao longo dos anos, permitindo que a água do mar invada esses corpos de água por até dez quilômetros de distâncias, altura em que se situa a desembocadura do rio do Sal. Essa versão é confirmada por especialistas:

Apesar da água do Rio do Sal ser classificada como água doce, as suas características ao longo do seu curso são bruscamente alteradas, isto acontece devido à baixa vazão do rio com relação ao fluxo das marés que deságuam em seu corpo, tornando-se desta forma um rio com alta concentração de cloreto de sódio, ou seja, um rio de água salgada (Souza *et al.*, 2007, p. 18).

Carlos ainda apresenta uma versão alternativa, segundo a qual, o nome do rio decorre do formato curvo em algum trecho do seu leito que lembra a letra S. De todo modo, historicamente a versão da salinidade parece ter maior aceitação. O historiador Amâncio Cardoso nos lembra que a importância da produção do sal na economia sergipana era tal no passado que consta como um dos elementos figurativos do brasão oficial da Capital. E o rio do Sal era o *locus* privilegiado para extração desse mineral, cuja tradição remonta a período anterior à fundação da capital (Cardoso Neto, 2022, p. 1).

A malha fluvial do rio do Sal é extensa, embora a redução da vazão e o assoreamento de suas margens tenham concorrido para reduzir seu tamanho. No trecho inicial do percurso, a água tinha uma tonalidade azul esverdeado e um cheiro marinho o que reforça a tese controversa de Carlos que de que ali não estamos diante de um rio, mas de um braço de mar. Para ele, não existe rio de água salgada e sem nascente. Confrontamos sua opinião falando das características do estuário, ao que ele rebateu dizendo que essa é mais uma palavra “inventada” para se referir a coisas já conhecidas localmente.

As condições de coloração e odor só vão se alterando nas proximidades dos bairros mais populosos como o Japãozinho, onde localizamos uma grande quantidade de viveiros clandestinos de camarão. Infelizmente, não pudemos perfazer o curso do rio Sergipe na direção da bocadura por conta das restrições de movimentação impostas pela capitania dos portos de Aracaju. Percorremos o sentido contrário, em demanda da orlinha do São Bras, e o São Braz, primeira localidade do município de Nossa Senhora do Socorro, que integra a grande Aracaju, e cujo “enobrecimento” vem atraindo

moradores de várias regiões próximas interessados nos serviços de bares e restaurantes oferecidos na beira do rio.

Conforme avançávamos, fomos cruzando, no trajeto, com vários pescadores, aos quais Carlos cumprimentava sempre. Esse fato deu azo a que o indagássemos se aqueles acenos eram meras formalidades ou era porque ele de fato os conhecia. Ao que ele nos respondeu que no circuito do rio todos se conhecem, mesmo em regiões mais remotas do curso, como no Calumbi, distrito rural localizado a 15 quilômetros do Porto Dantas, onde Carlos reside e de onde partiu nossa expedição. Nesse trecho, tivemos que interromper nosso percurso por conta da hora e sem visitar outras localidades cobertas pelo rio como os conjuntos habitacionais Marcos Freire II, João Alves e Fernando Color, situados na margem esquerda do rio e o bairro Bugio, na margem contrária. Todas elas visitadas durante nosso passeio de carro.

Na volta, Carlos ia nos instruindo sobre os “trechos de peixe” e os tipos de rede apropriados para cada tipo de pesca. Falou também que embora a região pareça um conjunto desordenado e abandonado, cada pescador conhece e demarca seu território no leito do rio, com estacas de madeira enfiadas até o fundo do rio. Esses marcadores também são indicadores dos locais mais apropriados para pesca. Ele informou que qualquer pescador é livre para pescar onde quiser, até mesmo nos lugares marcados, mas se o “dono” daquele trecho aparecer, ele deve sair como forma de respeito a um acordo tácito.

### 2.3.3 Rio Sergipe

Nossa última parada por entre os caminhos das águas foi no rio Sergipe, que dá nome à bacia e ao estuário, por conta do seu volume e extensão. Começamos nossa incursão pelo povoado de Pedra Branca, que ainda conserva características rurais na sua paisagem. Ali, fizemos contato, inicialmente, com os pescadores Ivan e Geferson que se encontravam sobre a passarela da ponte rodoviária da BR-101 que liga os municípios de Laranjeiras e Maruim e por onde também passam duas linhas da Adutora do São Francisco. Os dois, que pescam por lazer, confirmam que, mesmo naquela altura do rio, distante quase 30 quilômetros da foz, as águas do rio Sergipe já se encontram salinizadas, embora eles garantissem que nas nascentes localizadas no município de Monte Alegre de Sergipe, e até um pouco abaixo, a água é doce. Por esse motivo, segundo nossos interlocutores, as águas do rio Sergipe não servem para consumo.

Acessando os meandros do povoado, alcançamos a margem direita do rio onde se encontravam duas marisqueiras, Dona Iolanda e sua nora Iraci, a qual, no momento, estava tratando o resultado da pesca realizada naquela manhã. Elas foram as primeiras e únicas interlocutoras encontradas em todo o trajeto da investigação, fato que revela

a predominância masculina no ambiente estuarino do rio Sergipe. O argumento utilizado por Carlos, que nos guiou pela bacia do rio do Sal e do rio Sergipe, foi o de que a vaidade e a fragilidade das mulheres impedem que elas possam se dedicar com mais afinco à atividade pesqueira. Iolanda rebate veementemente tal argumento, lembrando que o trabalho que ela e suas companheiras executam, não deixa nada a desejar, comparado ao esforço masculino.

Contudo, em nossos passeios, era perceptível a presença dominante dos homens na paisagem fluvial, mesmo que não necessariamente realizando alguma atividade produtiva. Enquanto eles apareciam mais nas margens e nos leitos dos rios, as mulheres pareciam estar recolhidas aos espaços das casas. O fato de Iolanda e Iraci terem sido as primeiras e únicas interlocutoras encontradas em todas as incursões realizadas é um sintoma dessa desproporcionalidade de gênero na paisagem hídrica da grande Aracaju.

Iolanda informa que, durante muito tempo, trafegou com muita desenvoltura pelo curso do rio e quando o fazia, era acompanhada de outras pescadoras, com as quais costuma ir até a desembocadura do rio do Sal. Quando se reporta a esse tempo, percebe-se a satisfação na fala de Iolanda e um tanto de nostalgia ao lembrar esse tempo pretérito.

Mais uma vez escutamos a observação de que não são os nativos quem poluem os rios, uma vez que esses têm para com o ambiente fluvial uma relação de pertencimento e que a maioria das casas do povoado possuem sistema de saneamento básico.

Na sequência, visitamos a sede da antiga Colônia de Pescadores localizada no centro do povoado, embora, atualmente, a associação funcione no município de Laranjeiras. No local, caracterizado pela presença de casas miúdas e ruas apertadas, identificamos o estaleiro e o mercado pesqueiro, ambos situados no porto principal da comunidade e através do qual escoam a produção de pescados obtida pelos seus moradores. Todas as construções diminutas traduzem as dimensões da comunidade em geral.

Em seguida, partimos rumo à Taiçoca de Fora, distrito de Nossa Senhora do Socorro, onde conversamos com D. Cinira, marisqueira aposentada que, apesar da idade, idealizou a Festa do Mastro, que acontece na madrugada do dia 31 de maio para marcar o início do período junino. Uma tradição iniciada pelos seus antepassados. A festa como o nome indica, começa pela retirada do mastro de alguma mata próxima, depois da meia-noite, o qual é conduzido pelos jovens da comunidade até o “barracão” no pátio da casa de D. Cinira. Depois disso, os participantes dançam o samba de coco por toda a madrugada.

Ela nos contou que toda sua vida foi trafegando pelo rio Sergipe no trajeto entre a Taiçoca de Fora e o mercado central de Aracaju, onde comercializava marisco. Foi com a renda desse comércio que ela sustentou seus filhos, uma vez que o trabalho do marido como salineiro não era suficiente para tal.

Na sequência do percurso terrestre, visitamos o morro do Urubu, Área de Proteção Ambiental (APA) localizada na zona norte do município e “o último remanescente de Mata Atlântica do perímetro de Aracaju” (Matos; Gomes, 2011, p. 1). Do seu mirante, tem-se uma visão panorâmica do rio e de alguns de seus efluentes.

A comunidade Prainha foi outra localidade que percorremos em nosso roteiro. Trata-se de um vilarejo de casas esquecidas em meio aos projetos de revitalização da orla do Bairro Industrial e que tem sido objeto de embates entre a população local, formada por pescadores, marisqueiras e trabalhadores da construção naval, e o poder judiciário que insiste em retirá-la dali a fim de estender o processo de “enobrecimento” da região.

Na ocasião, conversamos com Mestre Humberto, um dos mais antigos moradores da comunidade e que, apesar de aposentado, ainda hoje se dedica, juntamente com mestre Bruno, à construção de embarcações pesqueiras e tototós, tipo de transporte que faz a travessia entre os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros, situado na margem oposto do rio Sergipe.

Quando alcançamos o calçadão da Treze de Julho, antiga Praia Formosa, fechamos o circuito terrestre iniciado quando da visita ao Tramandaí Pequeno. Trata-se de área revitalizada que em nada lembra o passado abundante de águas. A própria vegetação sobrevivente na orla, serve apenas para esconder os vestígios de dejetos lançados pelo mesmo canal onde antes havia a desembocadura de um riacho.

Em outra ocasião, perfizemos o mesmo roteiro, desta feita de barco e novamente conduzidos por Carlos, nosso guia fiel, o qual nos mostrou um rio extenso, largo e caudaloso, diferentemente das paisagens poluídas que havíamos visitamos de carro. A vegetação densa cobre as duas margens do rio, de modo que mal podíamos divisar do meio do rio. A correnteza espirrava água para dentro da embarcação, criando um certo espírito de aventura.

Por vários trechos, não encontrávamos vivalma, o que nos fez lembrar da leitura de Deleuze (2006) quando afirma que há um impulso que conduz o homem em direção às ilhas, que ele, querendo habitá-la, recria o mundo partindo dela e de suas águas (2006, p. 7).

Foi com essa “sensação de ilha” que nos despedimos do nosso passeio pela bacia do rio Sergipe.

## Conclusão

Nossa aventura pelo estuário do rio Sergipe se completa com a constatação acerca dos paradoxos, inclusive históricos, da formação social e geográfica de Aracaju. O primeiro deles se refere à própria fundação da capital, um esforço sobre humano para dobrar a natureza em nome de um projeto moderno de desenvolvimento.

A primeira etapa do empreendimento urbanístico ficou conhecida entre os estudiosos como “fase da conquista”, uma vez que marca a vitória do homem sobre as péssimas condições do ambiente. As consequências da empreitada afetaram, em primeira mão, o próprio Presidente da Província, Inácio Barbosa, mentor e responsável pela implementação da obra, e que viria a falecer poucos dias depois em decorrência das chamadas “febres de Aracaju”.

Uma segunda consequência desse investimento foi a segregação espacial, uma vez que reservou às elites e aos funcionários públicos as áreas residenciais do epicentro do “tabuleiro de xadrez”, vulgarmente conhecido por “Quadrado de Pirro”, numa alusão ao engenheiro Sebastião Basílio Pirro, responsável pela execução da obra, enquanto, aos segmentos menos abastados da população, foram reservadas as áreas mais afastadas do centro, sem qualquer serviço de infraestrutura básica.

A cidade evoluiu sob o signo da modernidade, o que implicou o desenvolvimento de um certo tipo de ética predatória que visa eliminar da paisagem urbanística quaisquer sinais mais evidentes de flora nativa e de corpos de água da cidade, porquanto eles possam representar o atraso ou lembrá-los do estilo de vida provinciano que se quer esquecer. Essa vocação urbanística que se mantém ao longo do tempo, parece compartilhada tanto pelo morador comum, quanto pelas autoridades competentes.

Contudo, apesar de toda a poluição dos leitos dos rios, contaminados e afetados pelo progresso da cidade, eles se mantêm como símbolos da resistência do lugar. Esse talvez represente o segundo paradoxo característico do *ethos* local, que nos conduz a uma terceira contradição, beirando-se uma verdadeira antítese.

Foi entre as populações ribeirinhas, sobretudo aquelas que dependem economicamente daquilo que os rios podem oferecer para sua sobrevivência e de suas famílias que encontramos mais indignação contra a precariedade das condições ambientais da bacia como um todo. A esse segmento pobre e periférico não resta muita escolha a não ser apelar às autoridades competentes o fornecimento de serviços básicos de infraestrutura, principalmente, um sistema de esgotamento sanitário eficaz e a coleta regular de lixo, artigos de luxo em muitas das comunidades periféricas da área metropolitana.

Foi preciso percorrer as bacias dos três principais rios da Grande Aracaju conversando com pescadores ribeirinhos, e até recorrer a documentos acerca de cursos de água já desaparecidos para perceber a importância histórica do patrimônio natural representado pelo estuário do rio Sergipe na formação e desenvolvimento da capital.

Nas áreas de maior povoamento, a relação da cidade com os rios é de desconhecimento para não dizer de indiferença. O destino reservado aos riachos Tramandaí Pequeno e Tramandaí é ilustrativo do tratamento despeitoso da população aracajuana para com os cursos hídricos da cidade. Contudo, quanto mais nos afastamos das áreas centrais da capital, e penetramos em regiões mais longínquas cobertas pelos rios, vamos observando manifestações de indignação por parte dos moradores que retiram desses rios o seu sustento e o de sua família. Até mesmo quando a relação já não é utilitária, verificamos expressões políticas bem nítidas de crítica às autoridades locais e às tentativas de culpabilizar a população pela poluição dos rios.

São esses moradores da periferia que mais se ressentem das agressões ambientais. Atitude inversa encontrada nos lugares de centralidade urbana, onde se localizam os condomínios mais caros e as residências de luxo, a tendência é dar às costas, às vezes literalmente, ao passado de natureza exuberante em nome da modernidade de fachada.

Contrastes paisagísticos refletem divergência na relação com os corpos aquáticos: quanto mais próximos da centralidade, mais afastados da ideia de preservação, conservação e proteção dos mananciais aquíferos. Pode-se até dizer que a ascensão social em Aracaju, visivelmente atestada pela mobilidade residencial na cidade, reflete uma relação de recusa ou incorporação de valores pautados na desconsideração pelo meio ambiente.

Nosso canoero, Carlos é um bom exemplo disso que estamos dizendo. Ele, às vezes, mostra-se como uma liderança comunitária que vai às rádios denunciar o descaso dos gestores públicos, mesmo tendo, hoje, uma vida econômica cômoda e bastante propensa para o lazer coletivo com seus amigos na margem do rio Sergipe.

## Referências

ALVES, André (Org.). **Os argonautas do mangue**. Campinas: Editora UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

ARAÚJO, Hélio Mário de. Cobertura vegetal, uso do solo e ocupação da terra na Bacia Costeira do Rio Sergipe. **Observatório Geográfico América Latina**, 2016.

ARAÚJO, Hélio Mário. Elementos componentes do sistema ambiental físico de Aracaju. In: ARAÚJO, Hélio Mário *et al.* (Org.). **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. São Cristóvão: Editora UFS, 2006. p. 15-44.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Excursão à Província de Sergipe. Viajando para Aracaju no Rio Cotinguiba. Maruim. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, vol. XXI Aracaju: Livraria Regina, 1961.

BOMFIM, Elizabeth de Melo. O homem do Vale do São Francisco: um legado de Donald Pierson às Ciências Humanas e Sociais no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, vol. 18, n. 1, p. 81-85; 2006.

CABRAL, Mario. **Roteiro de Aracaju**: guia sentimental da cidade. Aracaju: 1955.

CABRERA RODRIGUEZ, Antonio Damián. **O Paraguai insular**: a metáfora da ilha e movimentos insulares. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 21, julho de 1988, p. 133-157.

DELEUZE, G. **A Ilhas Desertas e outros textos**. Textos e entrevistas (1953-1974). São Paulo: Iluminuras, 2004.

DUARTE, Thiago Lima Santana; REZENDE, Viviane Almeida. Degradação dos manguezais em Aracaju/SE (Brasil): impactos socioeconômicos na atividade de catador do caranguejo-uçá (*Uci-des cordatus*). **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v.7, n.1. 086-097, 2019.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A reconstituição da realidade**: um estudo sobre a obra etnográfica de Bronislaw Malinowski. São Paulo: Ática, 1978.

FORTES NETO, José Bonifácio. **Evolução da Paisagem Humana da Cidade do Aracaju**. Aracaju: Regina, 1955.

GALVÃO, Manuel da Cunha. **Relatório apresentado à Assembleia Provincial de Sergipe no dia 5 de março de 1860**. Bahia, Typ. Poggetti de Catellina & Comp. , 1860.

GANDARA, Gercinair Silvério. Rios: território das águas às margens das cidades: o caso dos rios de Uruçu-GO. **Confins**. Revista franco-brasileira de geografia, n. 31, 2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. **O pensamento selvagem**. São Paulo. Editora Nacional, 1976. p. 19-55.

LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. **A trajetória urbana de Aracaju**: em tempo de interferir. Salvador: Ed. Trio, 1983.

MAIO, Marcos Chor *et al.* Donald Pierson e o Projeto do Vale do Rio São Francisco: Cientistas Sociais em Ação na Era do Desenvolvimento. **DADOS Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, p. 245 a 284, 2013.

- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MATOS, A. A.; GOMES, L. J. Participação Social: A interface ausente na área de proteção ambiental Morro do Urubu, Aracaju/SE. **Scientia Plena**, v. 7, n. 11, 2011.
- PEIRANO, Mariza. Argonautas, cem anos depois. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, p. 379-403, 2021.
- PIERSON, Donald. **O homem no vale do São Francisco**. Tomo I. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972.
- PORTO, Fernando de Figueiredo. **A cidade de Aracaju (1855-1865)**. Ensaio de evolução urbana. Aracaju: FUNDESC, 1991.
- RABELO, Josevânia Nunes. Enobrecimento urbano do bairro Treze de Julho e Aracaju: 1990-2000. **Revista TOMO**, n. 16, p. 157-195, 2010.
- RAFAEL, Ulisses Neves. Santo Antonio do Aracaju: etnografia e narrativas sobre um lugar. *Revista de Ciências Sociais*. **Política & Trabalho**, p. 133-149, 2018.
- SANTOS, Waldefranklin Rolim dos. **Práticas e apropriações na construção do urbano em Aracaju**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.
- SEBRÃO SOBRINHO. **Laudas da História do Aracaju**. Aracaju: Prefeitura Municipal, 1955.
- SILVA, Inaê Elias Magno da. **Quando a cidade chega à praia**. Estudo de exclusão social urbana. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de Brasília, 1997.
- SILVA, José Calazans Brandão da. **Aracaju e outros temas sergipanos**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2013.
- VILAR, José Wellington Carvalho. Os espaços diferenciados da cidade de Aracaju: uma proposta de classificação. **Revista de Aracaju**, n. 9. p. 87-10, 2002.
- WANDERLEY, Lílian de Lins. A dinâmica geomorfológica e urbano-ambiental do sistema fluviomarinho Rio Sergipe-Rio Poxim, em Aracaju, Sergipe, Nordeste do Brasil. **Geonordeste**, ano XXIV, n. 2, 2013.